

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2010

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e societárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2010.

Perfil do Empreendimento. Em 28/06/2001, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (ANEEL) realizou o Leilão nº 002/2001, por meio do qual o Grupo de Empresas Associadas Serra do Fação - GEFAC arrematou a concessão para exploração do potencial de energia hidráulica localizado no rio São Marcos, entre os municípios de Catalão e Davinópolis, Estado de Goiás. O Contrato de Concessão 129/2001 - ANEEL - AHE Serra do Fação regula a referida exploração pelo GEFAC. A Usina Hidroelétrica, cuja concessão foi outorgada pelo Decreto de 16/10/2001, publicado no Diário Oficial de 17/10/2001, tem potência instalada de 212,56 MW e as instalações de transmissão compreendem uma linha de transmissão, em 138 kV, com 32,5 Km de extensão, circuito duplo, conectando-se à Subestação Catalão. A energia assegurada da Usina Hidroelétrica é de 182,4 MW médios, sendo que nesse total estão incluídos 76,7 MW médios relativos a ganhos incrementais a jusante. O Contrato de Concessão prevê que a concessão para o Aproveitamento Hidroelétrico seja exercida pelo Consórcio Grupo de Empresas Associadas Serra do Fação - Consórcio GEFAC. As empresas integrantes do Consórcio GEFAC formalizaram requerimento à ANEEL para a transferência da concessão de geração para a România Participações S.A., anuído pela Resolução Autorizativa 814, de 14/02/2007. A referida resolução prevê o encaminhamento por parte das concessionárias do Instrumento Particular de Distrato e de Extinção do Consórcio GEFAC, o qual ocorreu em 04/04/2008, além da assinatura do termo aditivo ao Contrato de Concessão, no qual consta a referida transferência. Em 31/12/2010, a composição acionária da Sociedade e as respectivas participações eram as seguintes: Furnas Centrais Elétricas S.A. 49,4737%; Alcoa Alumínio S.A. 34,9737%; DME Energética Ltda. 10,0877%; Camargo Corrêa Energia S.A. 5,4649%, totalizando 100,0000%. A Participação Acionária é composta por ações **Ordinárias e Preferenciais**, conforme a seguir: **AÇÕES ORDINÁRIAS.** Furnas Centrais Elétricas S.A. 37,4023%; Alcoa Alumínio S.A. 43,3294%; DME Energética Ltda. 12,4978%; Camargo Corrêa Energia S.A. 6,7705%, totalizando 100,0000%. **AÇÕES PREFERENCIAIS.** Furnas Centrais Elétricas S.A. 100%; Alcoa Alumínio S.A. 0%; DME Energética Ltda. 0%; Camargo Corrêa Energia S.A. 0%, totalizando 100,0000%. **Situação do Empreendimento.** A Usina Hidroelétrica estava com sua implantação suspensa pelas empresas integrantes do GEFAC. Com a entrada de Serra do Fação Participações S.A., no segundo semestre de 2006, o

empreendimento foi retomado com força total no primeiro trimestre de 2007. A SEFAC firmou contrato com o Consórcio de Empresas de Fornecedoras de Serra do Fação - COFAC para o fornecimento dos serviços de engenharia, suprimentos, materiais, fornecimento de equipamentos, transporte, construção e obras civis, montagem, testes, comissionamento, treinamento e demais atividades necessárias para a implantação da Usina Hidroelétrica Serra do Fação sob o regime de empreitada "EPC - Turn Key" a preço global e prazo determinado, conforme proposta consolidada do contratado, projeto básico consolidado e especificações técnicas consolidadas. O início do fornecimento dos serviços ocorreu em fevereiro de 2007 e os serviços estão na fase final de conclusão com data estimada para término no segundo trimestre de 2011. A Usina Hidroelétrica Serra do Fação iniciou a operação comercial da Unidade Geradora nº 01 em 13/07/2010, através do Despacho ANEEL nº 2.001 de 12/07/2010, publicado no DOU em 13/07/2010 e a Unidade Geradora nº 02 teve sua operação comercial autorizada pela ANEEL, em 07/08/2010, através do Despacho ANEEL nº 2274 de 06/08/2010, publicado no DOU em 09/08/2010. O Empreendimento, em conjunto com outras hidroelétricas, participa do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento instituído pelo Governo Federal visando garantir o fornecimento de energia elétrica para os próximos anos, sendo que a UHE Serra do Fação foi inaugurada oficialmente em 19/10/2010 pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, até então na época, Luiz Inácio Lula da Silva. A SEFAC obteve do BNDES a autorização para concessão de financiamento no valor de R\$ 520 milhões, firmado no Contrato de Financiamento nº 09.2.0124-1, em 05/03/2009 e também obteve um financiamento suplementar no valor de R\$ 56 milhões, firmado no Contrato de Financiamento nº 09.2.1328-1, tendo sido este financiamento suplementar totalmente quitado em dezembro de 2010. **Aspectos Socioambientais.** Ao longo do desenvolvimento das atividades ambientais, todos os órgãos do IBAMA têm sido prontamente respondidos, garantindo a manutenção da Licença de Operação do Empreendimento. Atualmente são executados 24 Programas Ambientais sendo 21 Programas Ambientais previstos na Licença de Operação que em sua maioria são de continuidade aos Programas Ambientais da Licença de Instalação e 03 Programas Ambientais: Acompanhamento dos Direitos Minerários, Monitoramento Sismológico e Reorganização da Infra-Estrutura e Apoio aos Serviços Municipais referentes às atividades remanescentes da Licença de Instalação. Destaca-se no período a indenização de aproximadamente 30mil ha, correspondendo aos imóveis atingidos na área do reservatório. **Benefícios Fiscais Levados aos Municípios e aos Estados de Goiás e**

Minas Gerais. Durante a fase de implantação do empreendimento os Municípios de Catalão e Davinópolis receberam, cada um, um valor aproximado de R\$ 4,3 milhões referente ao Imposto Sobre Serviços - ISS. No período de operação da Usina os Estados de Goiás e Minas Gerais, os municípios impactados pelo empreendimento, os ministérios de Meio Ambiente e de Minas e Energia e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) terão, a título de compensação financeira prevista em legislação específica, um valor anual estimado de aproximadamente R\$ 3 milhões. Com relação aos municípios, o valor a ser distribuído obedece dois critérios: o repasse por ganho de energia por regularização de vazão e o de área inundada pelo reservatório, quanto ao restante da distribuição, este rateio será efetuado com base em critério previamente estabelecido pela ANEEL com os respectivos percentuais de distribuição. **Andamento da Obra.** Durante este ano foram realizados diversos serviços referentes às Obras Civis e Montagem, tendo sido alcançados alguns dos principais objetivos da Usina, dentre os quais, a entrada em operação comercial das duas Unidades Geradoras. **Orçamento.** O orçamento do empreendimento está estimado na ordem de R\$ 1.063 bilhões, dos quais aproximadamente 53% correspondem ao contrato com o Consórcio de Empresas de Fornecedoras de Serra do Fação - COFAC e os demais valores estão principalmente relacionados a custos socioambientais, administração do projeto e compra de aço, cimento e energia elétrica. Os custos ambientais, incluindo a indenização das propriedades atingidas, estão orçados em aproximadamente R\$ 296 milhões que correspondem a aproximadamente 28% do orçamento. O orçamento operacional para o ano de 2011 foi elaborado, projetando um resultado líquido anual de R\$ 13,5 milhões/ano, incluindo os custos Administrativos no valor de R\$ 487 mil/mês. Com relação aos dividendos, a princípio haverá o pagamento de 25% do resultado líquido de 2011, conforme limite pré-estabelecido no contrato junto ao BNDES, pagamento este que deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2012. Todos estes valores e premissas foram aprovados pelos Acionistas da Companhia em janeiro de 2011. **Perspectivas e Agradecimentos.** A operacionalização da Usina e a conclusão do empreendimento deverão continuar sendo efetuados em consonância com as diretrizes, os cronogramas e os parâmetros orçamentários definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade e os Acionistas. Aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores internos e externos, Órgãos Governamentais e às instituições financeiras, agradecemos o apoio e a confiança demonstrada ao longo deste período. Rio de Janeiro - RJ, março de 2011. A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)			
ATIVO	Notas	31/12/2010	31/12/2009
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.368	13.861
Contas a receber - Partes relacionadas	12	20.367	-
Tributos e contribuições sociais	5	28.720	228
Outros créditos		1.223	2.122
Total do ativo circulante		57.678	16.211
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:			
Caução e depósitos vinculados	7	62.001	55.355
Tributos e contribuições sociais	5	31.389	-
Tributos diferidos	6	3.531	1.963
Outros créditos		-	3
Partes relacionadas	12	2.006	1.914
Imobilizado	8	975.856	907.775
Total do ativo não circulante		1.074.784	967.010
TOTAL DO ATIVO		1.132.462	983.221
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	5.862	7.849
Financiamentos - BNDES	11	43.582	-
Tributos e contribuições sociais	5	1.664	7.250
Encargos do consumidor a recolher	10	9.093	-
Outros passivos circulantes		314	1.634
Total do passivo circulante		60.515	16.733
NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos - BNDES	11	545.658	543.581
Partes relacionadas	12	157.018	112.717
Provisões	14	5.413	-
Total do passivo não circulante		708.089	656.298
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13	370.899	314.000
Prejuízos acumulados		(7.040)	(3.810)
Total do patrimônio líquido		363.859	310.190
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.132.462	983.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)			
RECEITAS	31/12/2010	31/12/2009	
Venda de energia e serviços	121.325	-	
Receitas relativas à construção de ativos próprios	166.653	348.070	
	287.978	348.070	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Materiais, serviços de terceiros e outros	(217.349)	(326.547)	
	(217.349)	(326.547)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	70.629	21.523	
DEPRECIACÃO/AMORTIZAÇÃO	(8.516)	-	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	62.113	21.523	
VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO	-	-	
Receitas financeiras	4.915	340	
	4.915	340	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	67.028	21.863	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:			
Pessoal:			
Remunerações	2.500	1.975	
Encargos sociais (exceto INSS)	97	39	
Auxílio alimentação	84	89	
Convênio assistencial e outros benefícios	88	73	
Total	2.769	2.176	
Governo:			
INSS (sobre folha de pagamento)	553	351	
Imposto de renda e contribuição social	(1.568)	(1.963)	
PIS/COFINS	11.218	-	
Total	10.203	(1.612)	
Financiamentos:			
Juros e variações monetárias	56.877	24.390	
Aluguéis	409	719	
Total	57.286	25.109	
Acionistas:			
Prejuízo do período	(3.230)	(3.810)	
Total	(3.230)	(3.810)	
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	67.028	21.863	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)			
1. CONTEXTO OPERACIONAL. A Serra do Fação Energia S.A. (a "Cia." ou "SEFAC"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 20/10/2005 sob a razão social de România Participações S.A., tendo sido alterada através de AGE de 15/01/2007 e tem por objetivo a exploração do potencial de energia hidráulica do Rio São Marcos, nos municípios de Catalão e Davinópolis, Estado de Goiás, denominado Usina Hidroelétrica Serra do Fação. A sede da Cia. está localizada na cidade de São Paulo - SP, na R. Alexandre Dumas, 2.100 - 13º andar. O AHE Serra do Fação tem potência instalada de 212,56 MW (2 turbinas com			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)			
OPERAÇÕES CONTINUADAS	Notas	31/12/2010	31/12/2009
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	108.685	-
CUSTO DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS			
Compra energia elétrica		(17.288)	-
Pessoal		(63)	-
Administradores	12	(46)	-
Material		(53)	-
Serviços de terceiros		(3.853)	-
Encargos de uso de rede elétrica e conexão		(5.283)	-
Uso do Bem Público - UBP		(42.911)	-
Depreciação e amortização	8	(8.494)	-
Outros custos		(1.415)	-
		(79.407)	-
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		29.278	-
DESPESAS OPERACIONAIS			
Salários e encargos		(1.051)	(809)
Administradores	12	(2.161)	(1.787)
Material		(42)	(55)
Serviços de terceiros		(2.102)	(2.505)
Propaganda e publicidade		(139)	-
Depreciação e amortização	8	(22)	-
Arrendamentos e aluguéis		(409)	(305)
Outras despesas		(257)	(311)
		(6.183)	(5.773)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
RECEITAS			
Renda de aplicação financeira		4.915	-
DESPESAS			
Despesa de juros	11	(4.832)	-
Despesa de juros - BNDES		(24.760)	-
Multa por infração	14	(2.261)	-
Outras despesas financeiras		(954)	-
RESULTADO FINANCEIRO		(27.893)	-
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
IR e contribuição social diferidos	16	1.568	1.963
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(3.230)	(3.810)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO POR LOTE DE MIL AÇÕES - Em reais			
		(0,01)	(0,01)
Não há outros resultados abrangentes no exercício corrente e no exercício anterior.			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)				
	Notas	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31/12/2008		174.453	-	174.453
Aumento de capital social	13	139.547	-	139.547
Prejuízo do exercício		-	(3.810)	(3.810)
SALDOS EM 31/12/2009		314.000	(3.810)	310.190
Aumento de capital social	13	56.899	-	56.899
Prejuízo do exercício		-	(3.230)	(3.230)
SALDOS EM 31/12/2010		370.899	(7.040)	363.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

potência de 106,28 MW, cada) e energia assegurada de 182,4 MW médios. O AHE Serra do Fação é constituído pela UHE Serra do Fação e pelo Sistema de Transmissão Associado, composto por uma subestação elevadora de 138 kV (da Usina) e duas linhas de transmissão de 138 kV, de interesse restrito à central geradora, com 32,5 km de extensão, que interliga a energia gerada pelas UG's ao SIN, Sistema Interligado Nacional, através da Subestação de Catalão da CELG. A Usina Hidroelétrica Serra do Fação tem um investimento total previsto de R\$1.062.934 (*). A energia assegurada da Usina Hidroelétrica é de 182,4 MW médios, sendo que neste total estão incluídos 76,7 MW médios relativos a ganhos incrementais a jusante. A concessão para produção de energia elétrica foi outorgada pelo Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 129/2001, assinado em 7/11/2001, que vigorará pelo prazo de 35 anos, a partir da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante o requerimento prévio com antecedência de 36 meses antes do seu término. O Contrato de Concessão previa que a concessão para o aproveitamento hidroelétrico fosse exercida pelo Consórcio Grupo de Empresas Associadas Serra do Fação - Consórcio GEFAC. As empresas integrantes do Consórcio GEFAC formalizaram requerimento à ANEEL para a transferência da concessão de geração para a România Participações S.A., anuído pela Resolução Autorizativa nº 814, de 14/02/2007. A referida Resolução prevê o encaminhamento, por parte das concessionárias envolvidas na operação, do Instrumento Particular de Distrato e de Extinção do Consórcio GEFAC, o qual ocorreu em 4/04/2008, além da assinatura do termo aditivo ao Contrato de Concessão, no qual consta a referida transferência. (*) não examinado pelos auditores independentes. A Cia. firmou contrato com o Consórcio de Empresas de

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)			
ATIVIDADES OPERACIONAIS	Notas	31/12/2010	31/12/2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(3.230)	(3.810)
Ajustes para reconciliar com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação	8	8.516	-
IR e contribuição social diferidos	16	(1.568)	(1.963)
Despesa de juros - BNDES		24.760	-
Despesa de juros		4.832	-
Renda de aplicações financeiras		(4.832)	-
(Aumento) redução de ativos:			
Contas a receber		(20.367)	-
Tributos e contribuições sociais		5.927	-
Outros créditos		899	1.402
Aumento (redução) de passivos:			
Fornecedores		1.702	(10.069)
Tributos e contribuições sociais		(5.586)	-
Encargos do consumidor a recolher		9.093	-
Provisões	14	5.413	-
Outros passivos		(1.320)	7.023
Pagamentos de juros - BNDES	11	(3.169)	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais		21.070	(7.417)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Cauções e depósitos vinculados		(1.814)	(52.537)
Partes relacionadas		(92)	-
No imobilizado	8	(122.025)	(356.450)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(123.931)	(408.987)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Adiantamento para futuro			
aumento de capital	12	96.368	(248.307)
Aumento de Capital	13	-	139.547
Captção de financiamento - BNDES	11	56.100	519.201
Amortizações de principal - BNDES	11	(56.100)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		96.368	410.441
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício	4	13.861	19.824
No fim do exercício	4	7.368	13.861
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(6.493)	(5.963)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fornecedoras de Serra do Fação - COFAC para o fornecimento dos serviços de engenharia, suprimentos, materiais, fornecimento de equipamentos, transporte, construção e obras civis, montagem, testes, comissionamento, treinamento e demais atividades necessárias para a implantação da Usina Hidroelétrica Serra do Fação sob o regime de empreitada "Turn Key" a preço global e prazo determinado, conforme proposta consolidada do contratado, projeto básico consolidado e especificações técnicas consolidadas. O início do fornecimento dos serviços ocorreu em fevereiro de 2007 e tem previsão para término em Maio de 2011. Através do leilão para novos empreendimentos de geração de energia realizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 16/10/2007 foram vendidos 121 MW médios de energia, pelo preço de R\$131,49 (R\$155,57 atualizado até 31/12/2010), e, através do Termo de Acordo firmado entre os acionistas da Cia., foram vendidos à sócia Alcoa Alumínio S.A. (Alcoa) pelo mesmo valor firmado na CCEE 60 MW médios de energia. Em 11/11/2008, o referido Termo de Acordo foi aditado ficando acordado que 30 MW médios da energia disponibilizada à Alcoa no total de 60 MW médios seriam disponibilizados no mercado livre, pelo prazo de 18 meses, contados a partir da entrada em operação comercial da 1ª unidade geradora. Concomitantemente, a SEFAC outorgou uma opção de compra pelo mesmo valor firmado na CCEE dos referidos 30 MW médios dentro dos mesmos prazos citados. Em 12/12/2008, foi definido que cada acionista, exceto Alcoa, terá o compromisso de compra da energia remanescente do projeto na proporção de sua participação na Cia.. A partir de Janeiro de 2012, a energia no total de 181 MW médios será comercializada no Ambiente Regulado (121 MW médios) e parte no Ambiente Livre (60 MW médios) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica pelo preço histórico de R\$131,49 (R\$155,57 atualizado até 31/12/2010), atualizado monetariamente a partir de 1º/11/2007 pelo IPCA, na forma dos contratos. **Fase Operacional.** Após comissionamento dos equipamentos da Subestação de 138 Kv, Serviços Auxiliares, turbinas, geradores, e satisfeitas todas as exigências legais a Usina Hidroelétrica Serra do Fação iniciou a operação comercial da Unidade Geradora nº 01 em 13/07/2010, através do Despacho ANEEL nº 2.001 de 12/07/2010, publicado no DOU em 13/07/2010. A Unidade Geradora nº 02 teve sua operação comercial autorizada pela ANEEL, em 7/08/2010, através do Despacho ANEEL nº 2274 de 6/08/2010, publicado no DOU em 9/08/2010. A partir dessas liberações a SEFAC assumiu a Operação da Usina de Serra do Fação, a qual está calçada em processos embasados na mais alta tecnologia contemporânea. A operação dos equipamentos dos grupos geradores, Tomada D'água, Vertedouro e Subestação se fazem a partir da Sala de Controle com total segurança. Associados aos equipamentos de controle

(Continua)

estão os sistemas de Proteção que garantem a integridade física dos equipamentos acima mencionados, dentro dos conceitos atuais e modernos utilizados nesta área. (*) A SEFAC contratou a Empresa Energisa Soluções S.A., especializada em operação de UHE's e Subestações, a qual se proveu para execução das tarefas de operação e manutenção, de técnicos com experiências profissionais superiores a dez anos. Dentro do contexto, a Diretoria da SEFAC consciente de sua responsabilidade e da grande importância da UHE no cenário energético brasileiro instituiu a Gerência de Operação e Manutenção que fiscaliza os trabalhos da Energisa e faz gestão junto ao Órgão Gestor do Sistema, ONS e Órgãos reguladores governamentais, CCEE e ANEEL. Em Julho-10 os seguros para a fase operacional e responsabilidade civil geral foram contratados pela SEFAC para o período de 12 meses, sendo que após este período, nova contratação será efetuada para os próximos 12 meses e assim sucessivamente. Todas as licenças ambientais requeridas foram obtidas antes do início da operação da UHE Serra do Fação. Desde a sua entrada em operação, a Cia. despachou a totalidade da energia que foi requerida, de acordo com a programação aprovada pelo ONS. (*) não examinado pelos auditores independentes.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Adicionalmente, a Cia. adota normas aplicáveis às concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cia. adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40. A adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC não produziu efeito sobre as demonstrações financeiras da Cia..

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS. a) Caixa e equivalentes de caixa. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras resgatáveis a qualquer prazo e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. b) Contas a receber. Engloba as contas a receber com suprimento de energia, faturado e não faturado, este por estimativa, acréscimos moratórios e outros, até o balanço, contabilizado com base no regime de competência. c) Caução e depósitos vinculados. Refere-se ao valor depositado como Garantia Financeira para obtenção de seguro fiança. Após seu reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. d) Imobilizado. Está registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear. O valor contábil líquido não excede o seu valor recuperável. Os custos incorridos na aquisição ou construção do imobilizado estão sendo depreciados desde o início das suas operações. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica os juros, os encargos financeiros e as variações monetárias relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado, quando da fase de construção da usina, estão registrados nesse grupo como custo. Conforme taxas de depreciação definidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 367/2009, alguns bens do ativo possuem vida útil superior ao prazo de concessão e, portanto, ao término do período de 30 anos de exploração do serviço, esses bens ainda terão valor residual não depreciado. A Administração da Cia., amparada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que no âmbito regulatório a ANEEL é o órgão competente para definir a vida útil e as respectivas taxas de depreciação dos bens, inclusive a ANEEL revisa de forma periódica a estimativa de vida útil dos ativos do setor elétrico e que a totalidade dos bens, que ainda permanecerem com valor residual ao final da concessão serão integralmente indenizados pelo poder concedente. Portanto, estes ativos não tiveram suas vidas úteis limitadas ao período de concessão. e) Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes. São apresentados ao valor de custo, acrescidos das variações monetárias e dos rendimentos auferidos, e deduzidos da provisão necessária, quando aplicável, para refletir o valor de realização. f) Financiamentos. Os financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*) considerando a taxa efetiva das captações dos referidos financiamentos. Os financiamentos estão atualizados pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas do balanço e estão demonstrados na Nota 11. g) Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes. São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. O passivo para remuneração de funcionários, principalmente relativo aos encargos de férias e folha de pagamento, é provisionado à medida que os serviços são efetivamente prestados. h) Apuração do resultado. O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, incluindo, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização. i) Receita operacional. A partir de julho de 2010, até dezembro de 2011 a receita operacional é composta pelos contratos CCAL (Ambiente de Contratação Livre) firmados entre a Cia. e seus acionistas, contabilizados com base no regime de competência. j) Tributação e encargos do consumidor a recolher. Compensação Financeira (CFURH): A Compensação Financeira, instituída pela Constituição de 1988 e regulamentada pelas Leis nº 7.990/89 e nº 8.001/90, é paga pelos detentores das concessões de usinas hidroelétricas aos Estados, aos Municípios e aos órgãos da administração direta da União, pela exploração dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. O total a ser pago é calculado segundo uma fórmula padrão: 6,75% x energia gerada no mês x Tarifa Anual de Referência ("TAR"). Para o ano de 2010, a TAR foi definida em R\$64,69/MWh, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 917, de 08/12/2009. Pesquisa & Desenvolvimento (P&D): Conforme previsto no Contrato de Concessão, a Cia. deve aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D. Conforme dispõe o art. 12 da Lei nº 10.848, de 15/03/2004, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento devem ser realizados do seguinte modo: 40% dos recursos devem ser recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNCDT; 40% dos recursos devem ser destinados a execução de projetos de P&D regulado pela ANEEL; 20% dos recursos devem ser recolhidos ao Ministério de Minas e Energia. Taxa de Fiscalização da ANEEL (TFSEE): A Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE é um tributo pago por autoprodutores, produtores independentes e consórcios para a ANEEL exercer seu poder de polícia, fixado anualmente através de Despacho emitido pela ANEEL. Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição e Geração (TUSDG): É um encargo legal do setor elétrico brasileiro que incide sobre os consumidores conectados aos sistemas elétricos das concessionárias de distribuição e geração. A TUSDG é um dos componentes do preço nos contratos de energia elétrica de grandes consumidores de energia elétrica, especificamente no que diz respeito ao transporte desta energia no Sistema Interligado Nacional. k) Uso do Bem Público (UBP): O valor a pagar referente ao Uso do Bem Público ("UBP") é devido mensalmente a partir do início das operações. O Contrato de Concessão nº 129/2001, assinado em novembro de 2001, determina que a energia elétrica produzida pelo empreendimento seja comercializada pela Cia., com vigor por prazo de 35 anos contados a partir dessa data. O Segundo Aditivo do Contrato de Concessão determina que seja pago, a título de uso do bem público - UBP (Concessão onerosa), a partir da entrada em operação da 1ª máquina até novembro de 2036. O valor original total fixado pelo segundo aditivo do contrato é de R\$ 1.073.000 o qual vem sendo atualizado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M e em 31/12/2010 é de R\$ 2.267.134. Os valores vem sendo pagos mensalmente, desde de julho de 2010, e são contabilizados diretamente no resultado operacional na

rubrica Uso do Bem Público - UBP. A Administração entende que os pagamentos a título de Uso do Bem Público - UBP - constituem obrigação inserida no contrato de concessão, paga mensalmente enquanto a concessionária estiver na exploração do aproveitamento hidroelétrico. Tem a característica de uma taxa ou encargo setorial, tal como diversos outros, a exemplo da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH. Como não houve ainda manifestação dos órgãos competentes - CVM e ANEEL - sobre a contabilização da UBP segundo as normas do CFC/IFRS, não entende a Administração como correta a contabilização dos pagamentos futuros a título de UBP como dívida e ativo intangível, influenciando o resultado da Cia., e sim, que esses pagamentos sejam apropriados como despesa operacional, observando o regime de competência. Esse é também o entendimento da Consultoria Jurídica da Cia., a seguir transcrito: "Conclusão: Diante do exposto, não encontramos respaldo na legislação vigente citada, no Contrato de Concessão n. 129/2001 e nas normas internas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a obrigação da concessionária de registrar em sua contabilidade, especificamente, no Ativo Permanente, o valor total do pagamento pelo Uso do Bem Público. O conceito de "encargo setorial" como é tratado o Uso do Bem Público deve prosperar, tendo em vista que o concessionário, de acordo com o regime de competência, contabiliza a UBP, CFURH entre outros, ou seja, os "encargos" como despesa operacional nos respectivos exercícios. Tal hipótese contraria a natureza jurídica da obrigação e a Lei das Concessões, quando o Poder Público através de um Contrato Administrativo vincula as regras a um procedimento licitatório prévio." l) Disputas legais. As provisões são constituídas com base na opinião da consultoria jurídica da empresa e de seus consultores legais externos, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. m) Redução ao valor recuperável de ativos. Ao fim de cada exercício, a Cia. verifica se há indicação de que seus ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado e o valor contábil dos bens é reduzido de forma a refletir o valor recuperável estimado. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se houver a contabilização de perda por redução ao valor recuperável, a mesma é reconhecida imediatamente no resultado. n) Uso de estimativas. O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A Cia. revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. o) Ativos financeiros - empréstimos e recebíveis. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes, cauções e depósitos vinculados e contas a receber de partes relacionadas) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. p) Demonstração do valor adicionado. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Cia. e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Cia., conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Cia., representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capital de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA **31/12/2010** **31/12/2009**

Caixa	589	808
Banco conta movimento	6.303	13.053
Aplicações financeiras	476	-
	<u>7.368</u>	<u>13.861</u>

As aplicações financeiras estão classificadas como disponíveis para negociação e refletem, nas datas dos balanços, o valor de mercado, podendo ser resgatadas a qualquer momento sem perda de rendimento.

5. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Ativo		Passivo	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Imposto de Renda - IR	741	142	82	66
Contribuição Social - CSLL	530	34	-	-
ICMS	18	18	952	6.060
PIS	10.492	6	-	-
COFINS	48.325	25	-	-
INSS	-	-	138	696
FGTS	-	-	46	6
ISS	-	-	398	393
Outros	3	3	48	30
Total	<u>60.109</u>	<u>228</u>	<u>1.664</u>	<u>7.250</u>
Circulante	28.720	228	1.664	7.250
Não Circulante	31.389	-	-	-

Os créditos de PIS e COFINS são oriundos das aquisições de bens do ativo imobilizado durante o período de construção da Serra do Fação Energia S.A., conforme facultam as Leis nº 10.833/03 e nº 10.865/04. Tais créditos ficam disponíveis para serem compensados com o pagamento de PIS e COFINS sobre o faturamento mensal às razões de 1/24 e 1/48.

6. TRIBUTOS DIFERIDOS. A Cia. registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa. Os efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a Contribuição Social constituída à alíquota de 9%.

	Ativo		Passivo	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Imposto de renda				
Prejuízos fiscais (2009)	5.774	1.443	5.774	1.443
Prejuízos fiscais (2010)	2.352	588	-	-
Diferenças temporárias	2.261	565	-	-
	<u>10.387</u>	<u>2.596</u>	<u>5.774</u>	<u>1.443</u>
Contribuição social				
Base negativa (2009)	5.774	520	5.774	520
Base negativa (2010)	2.352	212	-	-
Diferenças temporárias	2.261	203	-	-
	<u>10.387</u>	<u>935</u>	<u>5.774</u>	<u>520</u>
Total	<u>3.531</u>	<u>3.531</u>	<u>1.963</u>	<u>1.963</u>

7. CAUÇÃO E DEPÓSITOS VINCULADOS **31/12/2010** **31/12/2009**

Repasso DME Energética (a)	60.650	55.355
Seguro garantia CELG (b)	1.017	-
Depósito caução aluguel imóvel (c)	291	-
Outros	43	-
	<u>62.001</u>	<u>55.355</u>

a) Repasse efetuado pela DME Energética Ltda. para a Serra do Fação Energia S.A. para que esta adquirisse uma carta de fiança com o Banco Bradesco necessária para complementar as fianças exigidas como garantia para a liberação do financiamento obtido junto ao BNDES. Este montante corresponde à participação acionária (10,10%) da DME Energética Ltda. na Companhia. Este montante encontra-se aplicado no Banco Bradesco, é remunerado por 100% do CDI e tem vencimento em junho de 2012. O

montante será devolvido à DME Energética Ltda. na data de vencimento e encontra-se registrado na rubrica de partes relacionadas, no passivo não circulante. b) Refere-se a caução constituída durante o exercício de 2010 em favor da CELG como seguro garantia pelo contrato de uso do sistema de distribuição (CUSD), no montante de R\$1.017. Este montante encontra-se aplicado no Banco Bradesco, é remunerado por 100% do CDI e tem vencimento em março de 2012. c) Depósito Caução do Aluguel do Imóvel situado na Avenida das Américas 700, no montante de R\$291 iniciado no exercício de 2010. A aplicação no Banco Bradesco é remunerada por 100% do CDI e tem vencimento em outubro de 2012.

	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009	
	Taxas Médias anuais de depreciação	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizações em serviço:				
Imobilizado administração				
Móveis e Utensílios	10%	87	(16)	71
Máquinas e equipamentos	20%	175	(25)	150
Outros	10%	255	(21)	234
Imobilizado operacional				
Edificações, obras, benfeitorias, reservas, barragens e adutoras	2%	493.801	(4.402)	489.399
Terrenos		105.920	-	105.920
Veículos	20%	269	(161)	108
Móveis e Utensílios	10%	20	(1)	19
Máquinas e equipamentos	2,9%	365.244	(4.069)	361.175
Total imobilizado em serviço		<u>965.771</u>	<u>(8.695)</u>	<u>957.076</u>
Imobilizações em curso:				
A ratear (a)	-	-	-	466.813
Reservatórios, barragens e adutoras	4.200	-	4.200	124.840
Terrenos	-	-	-	102.656
Máquinas e equipamentos	-	-	-	121.639
Outros	-	-	-	7.171
Adiantamentos	-	-	-	-
Aquisição de terrenos	14.580	-	14.580	8.045
Máquinas e equipamentos	-	-	-	75.958
Total imobilizado em curso		<u>18.780</u>	<u>(18.780)</u>	<u>907.122</u>
Imobilizado total		<u>984.551</u>	<u>(8.695)</u>	<u>975.856</u>

(a) Em 31/12/2009, estavam registrados na conta "Imobilizações em curso - A ratear" os custos incorridos em benefício da obra como um todo, que não ainda eram passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Apresentamos abaixo a movimentação do imobilizado:

	31/12/2010	31/12/2009
Saldo inicial	907.775	526.945
Aquisições	118.336	356.730
Depreciação	(8.516)	(200)
Encargos financeiros capitalizados	24.069	24.300
Transferência PIS e COFINS	(65.808)	-
Saldo final	<u>975.856</u>	<u>907.775</u>

9. FORNECEDORES. A Companhia visando o encerramento do contrato com o COFAC (Consórcio Construtor de Serra do Fação) iniciou as negociações em outubro de 2010, tendo ocorrido diversas reuniões onde os pleitos têm sido colocados para discussão pelas partes. Até o presente momento, os valores de pleitos não estão concluídos, pois há ainda algumas comprovações para serem efetuadas pelas partes, assim como há também algumas discussões com relação ao próprio conceito do que está sendo solicitado pelas partes. A SEFAC estima que haverá valores a serem recebidos do COFAC, principalmente devido aos principais itens pleiteados abaixo pela Cia. terem como base o contrato assinado entre as partes, sendo alguns destes itens: Atraso na obra e a consequente cobrança de multa contratual por parte da SEFAC; Fornecimentos e obras de responsabilidade do contratado, porém realizadas pela SEFAC; Lista de pendências da obra; Custo de pessoal da SEFAC para concluir a obra; e Itens financeiros (diferença de alíquota de ISS, CPMF cobrada indevidamente, mesmo após a extinção da contribuição, compra de energia elétrica para atender compromissos contratuais de venda e outros).

10. ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

	Passivo	
	31/12/2010	31/12/2009
Pesquisa e desenvolvimento	657	-
Uso do Bem Público (UBP)	7.152	-
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	193	-
Tarifa de uso do sistema de distribuição e geração - TUSDg	799	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	292	-
Total	<u>9.093</u>	<u>-</u>

Conforme determinado no Contrato de Concessão nº 129/2001 e seus aditivos, a taxa da Utilização do Bem Público (UBP), no valor total atualizado de R\$2.267.134 (R\$1.237.337 descontado a valor presente na data do balanço pela taxa de 5,74%), é recolhida a União enquanto da exploração do Aproveitamento Hidroelétrico, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual reajustado pelo IGP-M (calculado pela Fundação Getúlio Vargas) tendo base inicial para o reajuste o mês de maio de 2001 (mês do início da concessão) comparado ao IGP-M do mês anterior à entrada em operação (junho de 2010). Em 2010, a variação do IGP-M foi de 11,32% (-1,72% em 2009).

11. FINANCIAMENTOS **Taxa anual de juros** **31/12/2010** **31/12/2009**

BNDES Moeda nacional	TJLP + 2,28% a.a.	520.189	520.189
Juros		<u>69.052</u>	<u>23.392</u>
Total		<u>589.241</u>	<u>543.581</u>

Circulante 43.582 -
 Não circulante 545.658 543.581
 A Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em 15 de abril de 2009, no montante de R\$520.000, destinado à implantação da UHE Serra do Fação. O montante total liberado foi de R\$520.189. O referido financiamento possui prazo de carência de 26 meses e será amortizado em 192 (cento e noventa e duas) parcelas mensais e sucessivas, contemplando principal e juros em cada parcela, sendo a primeira a vencer em 15 de julho de 2011. Em fevereiro de 2010 foi aprovado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES um crédito suplementar no valor de R\$56.100. O referido financiamento possuiu prazo de carência de 6 meses e foi amortizado em 5 parcelas mensais e sucessivas de agosto a dezembro de 2010. Os montantes para pagamento a longo prazo do empréstimo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

2012	85.088
2013	81.486
2014	78.413
2015	75.434
2016	72.438
2017 a 2027	<u>152.799</u>
	<u>545.658</u>

O Financiamento é garantido por: a) Cessão fiduciária de direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 129/2001; b) Penhor de ações da Companhia, dada pelos acionistas Alcoa Alumínio S.A. e Camargo Corrêa Energia S.A.; c) Fianças concedidas pelos acionistas Alcoa Alumínio S.A. e Camargo Corrêa S.A.; e d) Fianças bancárias prestadas pelo Banco Bradesco S.A. e pelo BES Investimento do Brasil S.A. Adicionalmente, de acordo com as cláusulas contratuais, a Companhia deve atender durante o período de amortização do contrato, que se iniciará em julho de 2011, o seguinte índice financeiro: Índice de cobertura da dívida - Fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,3 vezes. O referido índice vem sendo atingido pela Companhia.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31/12/2010 e de 2009, os saldos das transações com partes relacionadas são compostos como segue:

31/12/2010					
	Contas a receber	Ativo não circulante	Adiantamentos para futuro aumento de capital	Receita operacional bruta	Despesa financeira
	(a)	(b)	(c)		
DME Energética Ltda.	2.062	1.115	70.372	12.234	4.832
Alcoa Alumínio S.A.	7.131	-	33.703	42.317	-
Camargo Correa Energia S.A.	1.115	-	5.266	6.618	-
Furnas Centrais Elétricas S.A.	10.059	891	47.677	59.690	-
	<u>20.367</u>	<u>2.006</u>	<u>157.018</u>	<u>120.859</u>	<u>4.832</u>
31/12/2009					
	Contas a receber	Ativo não circulante	Adiantamentos para futuro aumento de capital	Receita operacional bruta	Despesa financeira
	(a)	(b)	(c)		
DME Energética Ltda.	-	734	61.568	-	-
Alcoa Alumínio S.A.	-	-	19.935	-	-
Camargo Correa Energia S.A.	-	-	3.014	-	-
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	1.180	28.200	-	-
	<u>-</u>	<u>1.914</u>	<u>112.717</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(a) O prazo médio de vencimento do saldo de contas a receber em 31/12/2010 é de 15 dias. A Cia. entende não haver necessidade de constituição de provisões para devedores duvidosos sobre o saldo das contas a receber, considerando não haver risco relevante de perdas com esses créditos. (b) Os saldos registrados no ativo não circulante, nos montantes de R\$1.115 e R\$891 (R\$734 e R\$1.180 em 31/12/2009), são relativos a seguro fiança da Companhia reembolsado pela DME Energética Ltda. e por Furnas Centrais Elétricas S.A., respectivamente. O vencimento é em junho de 2012 e não sofre incidência de encargos financeiros. (c) Apresentamos abaixo a movimentação dos adiantamentos para futuro aumento de capital:

Saldo em 31/12/2009	112.717
Aportes realizados pelos acionistas durante o exercício findo em 31/12/2010 (i)	
Furnas Centrais Elétricas S.A.	47.677
Alcoa Alumínio S.A.	33.703
DME Energética Ltda.	14.554
Camargo Correa Energia S.A.	5.266
Subtotal	101.200
Integralização de capital efetuada durante o exercício findo em 31/12/2010 (ii)	(56.899)
Saldo em 31/12/2010	<u>157.018</u>

i. Aportes de recursos realizados pelos acionistas durante exercício de 2010 em atendimento às solicitações da Administração para desenvolvimento das atividades de construção da Usina Hidroelétrica Serra do Facão, que deverão ser capitalizados dentro do próximo exercício. ii. Aumento de capital conforme aprovado em AGE realizada em 18/01/2010. Em 31/12/2010, não havia garantia de capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital, portanto a Administração optou por mantê-los registrados no passivo não circulante. Os acionistas Alcoa Alumínio S.A. e Camargo Corrêa S.A. concederam fianças com garantia ao financiamento obtido junto ao BNDES (Nota 11) sem custos para a Cia.. O pessoal-chave da administração incluí os conselheiros e diretores. A remuneração paga por serviços de administradores está demonstrada a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009
Honorários	1.827	1.479
Encargos sociais	380	308
	<u>2.207</u>	<u>1.787</u>

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO. **Capital social.** Em 11/02/2009, a acionista Serra do Facão Participações S.A. transferiu a totalidade das suas ações ordinárias para Furnas Centrais Elétricas S.A. e parte dessas ações ordinárias foram convertidas em preferenciais. Em 18/01/2010 a Cia. teve seu capital social aumentado em R\$56.899 com integralização e capitalização de adiantamentos para futuros aumentos de capital recebidos durante o período. O capital social é representado por 370.899.999 ações, sendo 299.355.858 ordinárias e 71.544.141 preferenciais, nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais. A totalidade das ações

preferenciais são detidas pela acionista Furnas Centrais Elétricas S.A. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém, têm prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Cia. e têm direito a um dividendo fixo de R\$0,01 por lote de 1.000 ações. O capital social da Companhia é assim composto:

	Quantidade de ações		Total	%
	Ordinárias	Preferenciais		
Furnas Centrais Elétricas S.A.	112.003.321	71.544.141	183.547.462	49,47
Alcoa Alumínio S.A.	129.752.426	-	129.752.426	34,97
DME Energética Ltda. (*)	37.325.377	-	37.325.377	10,09
Camargo Corrêa Energia S.A.	20.274.734	-	20.274.734	5,47
	<u>299.355.858</u>	<u>71.544.141</u>	<u>370.899.999</u>	<u>100,00</u>

(*) A DME Energética Ltda. é controlada pela DME Poços de Caldas Participações S.A., cujo único acionista é o Município de Poços de Caldas (MG).

14. PROVISÕES. A Cia. é parte envolvida em processos na esfera administrativa que não são amparadas em depósitos judiciais por não ser aplicável. As provisões para os riscos decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela administração amparada pela opinião da consultoria jurídica da empresa e de seus consultores legais externos. Para estes processos administrativos que são classificadas com risco provável foram constituídas provisões, das quais, abaixo estão descritas:

	31/12/2010
IBAMA - Compensação Ambiental (a)	3.152
IBAMA - Estratificação do Reservatório (b)	2.261
	<u>5.413</u>

(a) A Cia. adotou como prática o reconhecimento da provisão para compensação ambiental ao término da construção da UHE Serra do Facão, sendo o débito registrado como custo de imobilizado e incluído no processo de unificação dos bens. (b) Refere-se a dois autos de infração emitidos pelo IBAMA em junho de 2010 a respeito da mortandade de peixes.

	Compensação ambiental	Estratificação do reservatório	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-	-	-
Provisões adicionais reconhecidas	3.152	2.261	5.413
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>3.152</u>	<u>2.261</u>	<u>5.413</u>

A Cia. tem ações de natureza trabalhista e cível envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação da consultoria jurídica da empresa e de seus consultores legais externos, para as quais não há provisão constituída com os valores envolvidos de R\$1.232 e de R\$1.089 respectivamente.

15. RECEITA. A seguir, a análise da receita da Cia. no exercício para operações continuadas:

	31/12/2010
Suprimento de energia	120.859
Energia de curto prazo - CCEE	140
Total da receita bruta	<u>120.999</u>
Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:	<u>31/12/2010</u>
Receita bruta	120.999
Menos:	
PIS	(2.000)
COFINS	(9.217)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.097)
Receita líquida	<u>108.685</u>

16. CONCILIAÇÃO DE TRIBUTOS NO RESULTADO. A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	31/12/2010	31/12/2009
Prejuízo antes dos impostos	(4.798)	(5.773)
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%	1.631	1.963
Efeito das despesas indedutíveis na apuração do lucro tributável	(63)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado	<u>1.568</u>	<u>1.963</u>

A alíquota utilizada nas conciliações de 2010 e 2009 apresentadas anteriormente é a alíquota de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

Ativo	Tipo de cobertura	Vigência	Importância segurada
UHE Serra do Facão S.A.	Seguro - Responsabilidade Civil - Royal & Sunalliance	8/6/2010 a 8/6/2011	18.658
UHE Serra do Facão S.A.	Seguro - Responsabilidade Civil	1/7/2010 a 30/6/2011	20.000
UHE Serra do Facão S.A.	Seguro - Risco operacional	13/7/2010 a 13/7/2011	591.657
UHE Serra do Facão S.A.	Seguro - Garantia Execução da obra	1/1/2009 a 30/3/2011	13.866
UHE Serra do Facão S.A.	Seguro - Multi Riscos	16/10/2010 a 16/10/2011	330

19. COMPROMISSOS. Em abril de 2010, a Companhia firmou contrato com a Energisa Soluções S.A. para a prestação de serviços de operação e manutenção, com prazo de 36 meses e valor global histórico de R\$10.548, atualizado monetariamente pelo IPCA. O valor global do contrato atualizado até 31 de dezembro de 2010 é de R\$11.213.

20. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 2 de março de 2011.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA
Titulares: Márcio Antônio Arantes Porto, Victor Albano da Silva Esteves, Ricardo de Barros Moraes Sayão, Carlos Eduardo Mahfuz, Jaconias de Aguiar, Otávio Freitas Ferreira. Suplentes: Clóvis Harly de Deus Ribeiro, Wellington Lima Cristiano, Dario Almeida Albagli, Ricardo Fernandes, Roberto Alves de Almeida, Cid Alvim Lopes Resende.	Eduardo Bueno Guimarães - Diretor Presidente Odair Batista Carvalho - Diretor Administrativo Financeiro Agenor Antonio Bailão Galletti - Diretor Técnico Patrícia Nogueira de Souza Polate - Contador CRC RJ-095769/0-O SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Serra do Facão Energia S.A. São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações financeiras da Serra do Facão Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a

evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras.** Direito de outorga ou direito de concessão - Uso do Bem Público "UBP". Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.k, a Companhia não registrou o valor da obrigação a pagar do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público ("UBP"). O registro contábil vem sendo feito pelo regime de caixa quando do pagamento das parcelas mensais, iniciadas em julho de 2010. Entendemos que o registro da obrigação do UBP deve ser efetuado em contrapartida ao ativo intangível (direito de concessão) desde a data da assinatura do contrato de concessão (ocorrido em 2001). Consequentemente, em 31 de dezembro de 2010, o saldo de obrigações a pagar está a menor no montante de R\$1.237.337 mil, o ativo intangível (direito de concessão) está a menor no montante de R\$1.162.126 mil e o prejuízo do exercício está a menor no montante de R\$75.211 mil, sem considerar os efeitos tributários. Adicionalmente, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentadas para fins comparativos, não refletem os impactos do registro do UBP. **Cálculo da depreciação.** O contrato de concessão da Companhia foi assinado na modalidade de Uso do Bem Público e sob a égide do Decreto nº 2003, do Governo Federal, de 10 de setembro de 1996. Este Decreto, especificamente no artigo 20, parágrafo 1º, estabelece que para a determinação do montante da indenização a ser paga no vencimento da concessão, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do poder concedente. Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.d às demonstrações financeiras, a Companhia registrou a despesa de depreciação do valor do projeto original do empreendimento, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (primeiro ano de operação), sem considerar a limitação do prazo da concessão. Nesta situação, entendemos que o reconhecimento da depreciação deve ser feito utilizando a vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado ou prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a depreciação deve ser registrada pelo prazo de recuperação do investimento relativo ao projeto original. Consequentemente, os saldos

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS. a) Categorias de instrumentos financeiros.

	31/12/2010	31/12/2009
Ativos financeiros		
Recebíveis:		
Contas a receber	20.367	-
Cauções e depósitos vinculados	62.001	55.355
Partes relacionadas	2.006	1.914
	<u>84.374</u>	<u>57.269</u>
Valor justo por meio do resultado:		
Caixa e equivalentes de caixa	7.368	13.861
	<u>7.368</u>	<u>13.861</u>

	31/12/2010	31/12/2009
Passivos financeiros		
Fornecedores	5.862	7.849
Financiamentos	589.240	543.581
	<u>595.102</u>	<u>551.430</u>

b) Risco de mercado. A utilização de instrumentos financeiros pela Cia. tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Cia. não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Cia. e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Cia. também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os principais riscos de mercado os quais a Cia. está exposta são os seguintes: b.1) Riscos relacionados às aplicações financeiras. A Cia. adota política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que a maior parte destes é alocada em certificados de depósitos bancários. b.2) Risco cambial, de taxa de juros e índices flutuantes. A receita da Cia. é vinculada à correção anual do IPCA. Nos empréstimos da Cia., o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (TJLP). Em 2010, a Cia. não adotou o procedimento de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. Adicionalmente, a Cia. possui um compromisso de pagar o UBP, cuja indexação está atrelada à variação do IGP-M. b.3) Análise de sensibilidade da taxa de juros. Em decorrência do histórico de volatilidade das taxas de juros, a Cia. preparou uma análise de sensibilidade demonstrando os eventuais impactos no seu resultado de curto prazo. Se as taxas de juros fossem 25% mais altas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, o prejuízo do exercício findo em 31/12/2010 aumentaria em R\$6.190. c) Riscos hidrológicos. De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidroelétricas (UHE). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada UHE, incluindo a UHE da Cia., está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, a Cia. ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os seus resultados financeiros futuros. d) Valor justo dos instrumentos financeiros. Os valores registrados no ativo circulante e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os valores das aplicações financeiras registrados nas demonstrações financeiras aproximam-se dos valores de realização em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata. O valor contábil do financiamento em reais tem suas taxas atreladas à variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP e refletem as condições de mercado para este tipo de financiamento. Durante os exercícios findos em 31/12/2010 e de 2009, a Cia. não operou com instrumentos financeiros derivativos. 18. SEGUROS. A Cia. possui cobertura de seguro para: riscos operacionais, risco de engenharia, perda de lucro esperado vinculado ao risco de engenharia, responsabilidade civil, incluindo empregador e danos morais, garantia e riscos diversos - equipamentos, transporte de materiais e equipamentos e perda de lucro esperado vinculado ao seguro de risco de transporte de materiais e equipamentos "delay in start-up". A cobertura de seguros da Cia. está demonstrada conforme quadro a seguir:

Ativo	Tipo de cobertura	Vigência	Importância segurada
UHE Serra do Facão S.A.	Seguro - Responsabilidade Civil - Royal & Sunalliance	8/6/2010 a 8/6/2011	18.658
UHE Serra do Facão S.A.	Seguro - Responsabilidade Civil	1/7/2010 a 30/6/2011	20.000
UHE Serra do Facão S.A.	Seguro - Risco operacional	13/7/2010 a 13/7/2011	591.657
UHE Serra do Facão S.A.	Seguro - Garantia Execução da obra	1/1/2009 a 30/3/2011	13.866
UHE Serra do Facão S.A.	Seguro - Multi Riscos	16/10/2010 a 16/10/2011	330

19. COMPROMISSOS. Em abril de 2010, a Companhia firmou contrato com a Energisa Soluções S.A. para a prestação de serviços de operação e manutenção, com prazo de 36 meses e valor global histórico de R\$10.548, atualizado monetariamente pelo IPCA. O valor global do contrato atualizado até 31 de dezembro de 2010 é de R\$11.213.

20. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 2 de março de 2011.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA
Titulares: Márcio Antônio Arantes Porto, Victor Albano da Silva Esteves, Ricardo de Barros Moraes Sayão, Carlos Eduardo Mahfuz, Jaconias de Aguiar, Otávio Freitas Ferreira. Suplentes: Clóvis Harly de Deus Ribeiro, Wellington Lima Cristiano, Dario Almeida Albagli, Ricardo Fernandes, Roberto Alves de Almeida, Cid Alvim Lopes Resende.	Eduardo Bueno Guimarães - Diretor Presidente Odair Batista Carvalho - Diretor Administrativo Financeiro Agenor Antonio Bailão Galletti - Diretor Técnico Patrícia Nogueira de Souza Polate - Contador CRC RJ-095769/0-O SP

do ativo imobilizado e do patrimônio líquido estão a maior e o prejuízo do exercício a menor no montante aproximado de R\$ 10.040 mil, sem considerar os efeitos tributários. **Opinião com ressalvas.** Em nossa opinião, exceto pela falta do registro da obrigação a pagar do direito de exploração de Uso do Bem Público e dos efeitos do cálculo das depreciações do ativo imobilizado descritos nos parágrafos Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra do Facão Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos. Demonstração do valor adicionado.** Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.** O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2009, apresentado para fins de comparação, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, foram examinados por outros auditores independentes, que emitiram parecer, datado de 9 de abril de 2010, sem ressalvas, contendo parágrafo de ênfase indicando que a Companhia estava em fase pré-operacional e que a realização dos ativos dependiam do sucesso das operações. A demonstração do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentada para fins de comparação, não foi examinada ou revisada por auditores independentes.

Rio de Janeiro, 2 de março de 2011.
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Antônio Carlos Brandão de Sousa
 Auditores Independentes Contador
 CRC 2SP 011.609/O-8 CRC 1RJ 65.976/O-4 "S" SP